



“Pastor, em quem Deus disse que devemos votar?”

Leia algumas dicas que irão lhe ajudar na decisão por seus candidatos nas eleições do dia 3 de outubro

“O voto é intransferível e inegociável. Com ele o cristão expressa sua consciência como cidadão. Por isso, o voto precisa reter a compreensão que o cristão tem de seu País, Estado e Município”

Em tempo de eleição essa é uma das dúvidas mais comuns em nossas igrejas. Isto porque irmãos em Cristo que temem ao Senhor e que desejam fazer o melhor para o seu país acreditam que os seus pastores receberam de Deus orientações claras quanto àqueles que deverão governar a nação. Nesta perspectiva, buscam em seus líderes orientações em quem votar. No entanto, o que talvez muitos não saibam é que do ponto de vista ético e cristão, o pastor não possui o direito de manipular o voto de ninguém. Todavia, em virtude de desejos escusos, alguns pastores inescrupulosos, imbuídos de messianismo político fájuto, enganam o povo, determinando ao rebanho o nome daqueles que deverão ser votados. Caro leitor, como disse anteriormente, não creio na manipulação religiosa em nome de Deus. Não acredito num messianismo em que a utopia de um mundo perfeito se constrói a partir do momento em que crentes são eleitos, nem tampouco comercializo o rebanho de Cristo, vendendo-o por interesses escusos a políticos inescrupulosos. Diante do exposto, gostaria de reproduzir aqui o decálogo do voto ético que foi defendido na década de 1990 pela Associação Evangélica Brasileira:

1. O voto é intransferível e inegociável. Com ele o cristão expressa sua consciência como cidadão. Por isso, o voto precisa

reter a compreensão de que o cristão tem de seu País, Estado e Município;

2. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade noutra direção;

3. Os pastores e líderes têm obrigação de orientar os éis sobre como votar com ética e discernimento. No entanto, a bem de sua credibilidade, o pastor evitará transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário;

4. Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar, é organizar debates multipartidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, representantes das correntes partidárias possam ser ouvidos sem preconceitos;

5. A diversidade social, econômica e ideológica que caracteriza a igreja evangélica no Brasil impõe que não sejam conduzidos processos de apoio a candidatos ou partidos dentro da igreja, sob pena de constrianger os eleitores (o que é criminoso) e de dividir a comunidade;

6. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidas com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou

de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão político-institucional. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político de fé evangélica tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um “despachante” de igrejas. Ao defender os direitos universais do homem, a democracia, o estado leigo, entre outras conquistas, o cristão estará defendendo a Igreja.

7. Os ns não justificam os meios. Portanto, o eleitor cristão não deve jamais aceitar a desculpa de que um evangélico político votou de determinada maneira porque obteve a promessa de que, em assim fazendo, conseguiria alguns benefícios para a igreja, sejam rádios, concessões de TV, terrenos para templos, linhas de crédito bancário, propriedades, tratamento especial perante a lei ou outros “trocos”, ainda que menores. Conquanto todos assumamos que nos bastidores da política haja acordos e composições de interesse, não se pode, entretanto, admitir que tais “acertos” impliquem na prostituição da consciência cristã, mesmo que a “recompensa” seja, aparentemente, muito boa para a expansão da causa evangélica. Jesus Cristo não aceitou ganhar os “reinos deste mundo” por quaisquer meios, Ele preferiu o caminho da cruz.

8. Os votos para Presidente da República e para cargos majoritários devem, sobretudo, basear-se em programas de governo e no conjunto das forças partidárias por detrás de tais candidaturas que, no Brasil, são, em extremo, determinantes; não em função de “boatos” do tipo: “O candidato tal é ateu” ; ou: “O fulano vai fechar as igrejas” ; ou: “O sicrano não vai dar nada

para os evangélicos” ; ou ainda: “O beltrano é bom porque dará muito para os evangélicos” . É bom saber que a Constituição do país não dá a quem quer que seja o poder de limitar a liberdade religiosa de qualquer grupo. Além disso, é válido observar que aqueles que espalham tais boatos quase sempre têm a intenção de induzir os votos dos eleitores assustados e impressionados na direção de um candidato com o qual estejam comprometidos.

9. Sempre que um eleitor evangélico estiver diante de um impasse do tipo: “o candidato evangélico é ótimo, mas seu partido não é o que eu gosto” , é compreensível que dê um “voto de conança” a esse irmão na fé, desde que ele tenha as qualificações para o cargo. Entretanto, é de bom alvitre

considerar que ninguém atua sozinho. Por melhor que seja o irmão em questão, ele dificilmente transcenderá a agremiação política de que é membro, ou as forças políticas que o apoiem.

10. Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político-partidário, a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina.

Renato Vargens
Quer saber mais sobre esse assunto? Então, ligue para o Pr. Charles Campos (31) 8445-1162.



ELEIÇÕES 2010: FIQUE ATENTO!

Para votar no do próximo 3 de outubro o eleitor deverá apresentar o título eleitoral e um documento oficial com foto (Carteira de Identidade ou identidade funcional, certificado de Reservista, Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação). Se você perdeu o seu título, deve

requerer a segunda via até o dia 23 de setembro, em qualquer Cartório Eleitoral.

O primeiro turno das Eleições 2010 será realizado no dia 3/10, de 8h às 17h para todos os cargos. O segundo turno, se houver, será realizado no dia 31/10, também de 8h às 17h, para os cargos de presidente e governador que não obtiverem a maioria absoluta dos votos.